



colecção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME II: F-M

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME II: F-M



H6.
87572

FICHA TÉCNICA

Título Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume II – F-M

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edições Assembleia da República

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Fernando Sequeira, Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Textype e Ana Rita Charola

Impressão Positive

Tiragem 300 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-558-2 (volume II)

Depósito legal 533 996/24

Lisboa, abril 2014 (1.ª edição)

Lisboa, junho 2024 (2.ª edição)

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

Em plena Ditadura sidonista, o Estado lança um concurso (*Diário de Governo* n.º 206, II Série, de 3 de setembro de 1918) para o projeto do Liceu Rodrigues de Freitas, sem definir o local de implantação. Marques da Silva ganha o concurso com o projeto *Eureka* e inicia, com a comissão do liceu, a procura de um terreno «isolado e arejado» para o implantar na zona da Rotunda da Boavista, primeiro na Rua das Pirâmides e depois, definitivamente, na Rua da Paz, onde é concluído, em 1932.

O projeto é revisto em função da nova localização, seguindo em parte as soluções adotadas no Liceu Alexandre Herculano, mas tirando partido do desenho urbano relacionado com a nova Praça Pedro Nunes. O corpo central do liceu eleva-se com três pisos, sendo o último com duplo pé direito, marcando uma nova monumentalidade com desenho *art déco*.

José Marques da Silva, formado também em Paris e diretor da Escola de Belas-Artes do Porto, entre 1913 e 1918, redesenha com os seus edifícios o espaço urbano da cidade, introduzindo-lhe uma dimensão mais cosmopolita, que conjuga o caráter de utilidade pública com uma imagem moderna, «onde aos modelos arquitetónicos corresponderão modelos de espaço urbano» (PROVIDÊNCIA, 2001).

Esta ideia é sublinhada pelas palavras de Alexandre Herculano fixadas na fachada do edifício, que simbolicamente relaciona os Liceus da República com o debate político de 1836: «A instrução tem por alvo o benefício do cidadão e a utilidade da República» (Alexandre Herculano, «Matéria do Ensino», 1841).

Bibliografia: MONIZ, Gonçalo Canto, *Arquitetura e Instrução: o Projeto Moderno do Liceu, 1836-1936*, Coimbra, e[d]arq, 2007; NÓVOA, António, CLARA, Ana Teresa Santa (coord.), *Liceus de Portugal: Histórias, Arquivos e Memórias*, Porto, Edições Asa, 2003; PROVIDÊNCIA, Paulo, «Liceus da República», in *Porto 1901/2001 – Guia da Arquitetura Moderna*, Porto, Civilização e Porto 2001, 2001.

[Gonçalo Canto Moniz]

LIGA DE AÇÃO NACIONAL

Entre as ideias políticas gerais de relevo e as vias de concretizá-las, que amadureceram sob o regime sidonista ou a República Nova (1917-1918), que iriam frutificar depois do derrube da I República pelo Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, encontra-se uma abordagem nacional, não partidária, aos grandes problemas de Portugal e às suas soluções (Douglas Wheeler). Tais orientações eram partilhadas por diversos intelectuais descontentes com o rumo seguido pela República «jacobina», naturalmente preocupados com o estado da sociedade portuguesa, agora confrontada com as dificuldades acrescidas pelo conflito mundial. Para instituir aquela abordagem formaram-se vários grupos de estudo e de ação, o primeiro dos quais foi a Liga de Ação Nacional, que proclamou desde logo o seu apartidarismo, bem como a sua neutralidade face à religião. Criada por 1917, a Liga de Ação Nacional (LAN) começou a sua atividade pública em 15 de janeiro de 1918, quando o escritor e publicista António Sérgio iniciou na Sociedade de Geografia de Lisboa um ciclo de conferências

organizado pelo grupo, discorrendo sobre *O Ensino como Fator de Ressurgimento Nacional*. Por essa altura, surgia o órgão doutrinário do grupo – a revista *Pela Grei* –, dirigido pelo mesmo António Sérgio. A organização da LAN compreendia «uma Junta Geral, juntas regionais, juntas locais, associações aderentes, núcleos e secções no estrangeiro» (os últimos teriam realidade pelo menos em Lovaina e Londres, onde residiam elementos do grupo).

A Liga era presidida por José Pedro da Cunha, reitor da Universidade de Lisboa, e os seus secretários-gerais eram Reis Santos, assistente de faculdade, e António Sérgio. Outras notabilidades do grupo eram os professores Martinho Nobre de Melo (futuro ministro dos Estrangeiros do sidonismo), Rui Enes Ulrich (diretor do Banco de Portugal e próximo do integralismo) e Francisco António Correia (diretor do Instituto Superior de Comércio). Apesar de reivindicar a sua independência face ao Estado e aos governos, a Liga tinha entre os seus 43 fundadores uma maioria significativa de assalariados do setor público, designadamente professores e funcionários de nível superior/intermédio, seguidos pelas profissões liberais e equivalentes. Também havia alguns independentes (agricultura, comércio e «colónias») e uma minoria de quadros superiores de empresa e operários qualificados. A agremiação integrava no seu quadro e nos colaboradores da revista elementos que iriam ter a maior proeminência no grupo da Seara Nova, fundado em 1921 – além de António Sérgio, o ensaísta e bibliotecário Raul Proença e o economista Ezequiel de Campos.

A LAN era um grupo de pressão que visava dotar a sociedade portuguesa de «uma vida nova de trabalho produtivo», superar a crise e garantir a independência, a prosperidade e o progresso nacionais, respeitando e incentivando a «expansão das atividades individuais», o que pressupunha o esforço de «imprimir» a promoção de reformas de fundo em domínios como a ética, a instrução escolar, a economia, as finanças, a educação cívica e o sistema social. Estes fins seriam conseguidos por via de *lobbying* interno de cooperação («representações junto dos poderes públicos», etc.) e *lobbying* externo moderado (publicações, debates, conferências, congressos, «cooperação com outras associações»). A realização de conferências e a publicação da revista *Pela Grei* são, por certo, as atividades mais visíveis da agremiação.

Bibliografia: LOPES, F. Farelo, «A revista *Pela Grei* (doutrina e prática políticas)», *Análise Social* (XVIII), 72-73-74, 1982; *Pela Grei* (7 números), ?-?-1918/20-5-1919; TELO, António J., *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Ulmeiro, 1977.

[Fernando Farelo Lopes]

LIGA DE DEFESA DA REPÚBLICA / LIGA DE PARIS

A Liga de Defesa da República – mais conhecida por Liga de Paris –, constituiu-se no exílio, entre os republicanos que se refugiaram na Galiza após o fracasso da «Revolta de 3-9 de Fevereiro de 1927» contra a Ditadura Militar.